

A GEOGRAFIA AGRÁRIA NO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM TEÓRICA NOS LIVROS DIDÁTICOS

Alexsandro de Oliveira Silva¹

Nereida Maria Santos Mafra de Benedictis²

RESUMO: O texto é fruto dos trabalhos de pesquisa realizados pelo Grupo de Pesquisa em Ensino de Geografia – GRUPEG e do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. O objetivo da investigação centrou-se na análise dos conteúdos da Geografia Agrária dispostos em livros didáticos do Ensino Médio. Tal análise, advém de indagações relacionadas aos saberes geográficos no processo de ensino aprendizagem desse ramo da Geografia, presentes nos livros didáticos. Nesse sentido, este artigo analisa o conteúdo de *Geografia Agrária* do ensino médio em algumas obras aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), sendo selecionados um livro de cada período de seleção: 2012-2014, 2015-2017 e 2018-2020. Verificamos como tais conteúdos podem contribuir para a construção dos saberes dos alunos da rede pública de ensino. Foram analisadas também as diferenças teóricas e metodológicas observadas nessas três obras de autores diferentes e que fazem parte de edições recentes do PNLD e como isso afeta o ensino de Geografia agrária no Ensino Médio.

Palavras-Chave: Geografia Agrária; Livro Didático; Ensino Médio.

1. Introdução

O presente artigo foi produzido como resultado dos trabalhos do Grupo de Pesquisa em Ensino de Geografia – GRUPEG e do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. As discussões envolvendo o ensino de Geografia, sobretudo na Educação Básica, tem gerado diversos estudos acerca das áreas do conhecimento dessa ciência. Assim, o objetivo deste trabalho centrou-se na análise dos conteúdos da *Geografia Agrária* dispostos nos livros didáticos para o ensino médio. Tal análise, advém das indagações relacionadas aos saberes geográficos no processo de ensino - aprendizagem desse ramo da Geografia presentes nos livros didáticos. Nesse sentido, o artigo relata pesquisa que analisou preliminarmente o referido conteúdo em algumas obras aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), examinando como tais conteúdos poderiam contribuir para a construção dos saberes dos alunos da rede pública de ensino.

Ao analisar os conteúdos da *Geografia Agrária* nos livros didáticos, ou seja, os diversos elementos que compõem os conteúdos desse ramo da Geografia, entendemos que esse recurso didático, por ser um instrumento didático disponível nas escolas de

¹ Licenciando em Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Bolsista de Iniciação Científica / UESB – Brasil; Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia - GRUPEG. E-mail: alexgeisa@yahoo.com.br

² Doutora em Memória, Linguagem e Sociedade. Professora Adjunta do Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação-UESB. Líder do Grupo de Pesquisa no Ensino de Geografia e Membro do Grupo de Pesquisa NUAMSE - Núcleo de Análise em Memória Social e Espaço. E-mail: nereidamafrabenedictis@gmail.com

Educação Básica, é relevante para observar as práticas pedagógicas de ensino, o nível de aprendizagem dos estudantes e a abordagem teórica dos conteúdos que se encontram organizados nesses materiais.

Sabe-se que o ensino de Geografia precisa acompanhar as mudanças sociais conjugando o binômio espaço-tempo, pois o papel da Geografia no sistema escolar também é explicar o mundo em que vivemos, ajudando os alunos a compreenderem a realidade espacial na qual eles vivem e da qual são parte integrante e como o espaço produzido se desenvolve.

Um dos muitos desafios quanto ao ensino da Geografia é equilibrar-se entre os pressupostos de uma geografia tida como tradicional, chamada de descritiva, voltada para a memorização, com uma geografia assim nomeada de crítica, cuja intenção é despertar o raciocínio e espírito crítico dos alunos, bem como explicar e não apenas descrever o mundo em que vivemos desde a escala local, ou seja, um bairro, uma cidade ou um município até uma escala regional e/ou global e as nuances encontradas entre o rural/urbano.

Quanto a isso Callai (2001) nos afirma que a Geografia pode ser “entendida como uma ciência social”, ao estudar “o espaço construído pelo homem, a partir das relações que estes mantêm entre si e com a natureza, quer dizer, as questões da sociedade, com uma “visão espacial”. Sendo assim, “é por excelência uma disciplina formativa, capaz de instrumentalizar o aluno para que exerça de fato a sua cidadania” (p. 134). A esse respeito Costa, Teixeira e Santos mencionam:

[...] o livro didático do ponto de vista crítico precisa dar conta de discussões sociais, trabalhar os conteúdos geográficos de maneira crítica e cidadã, de modo que propicie a conscientização do aluno da complexidade da sociedade capitalista que ele está inserido e da urgente necessidade de sua transformação (COSTA; TEIXEIRA; SANTOS, 2013, p. 10)

Entendemos que é preciso avaliar de forma crítica os materiais didáticos antes da sua escolha e uso, pois como se observa nos autores acima, os professores de Geografia não podem se furtar dessa influência positiva em sala de aula. São os professores que podem possibilitar a produção de saberes condizentes com o cenário real vivenciado pelos brasileiros de modo especial.

Entretantes, a escolha de material didático pelo professor é sempre um desafio dentro de uma unidade escolar, pois, além de considerar que as decisões devem ser tomadas de forma colegiada, o professor de Geografia também irá encarar a realidade da não disponibilidade do material solicitado, do recebimento em menor quantidade, tendo que trabalhar, por vezes, com material diferente nas diferentes turmas, bem como a não aplicabilidade concreta ao seu contexto social e de suas turmas. No tocante a esse último ponto, podemos avaliar que:

Os próprios conteúdos trabalhados deverão ter uma tríplice função, qual seja, resgatar o conhecimento produzido cientificamente, reconhecer e valorizar o conhecimento que cada um traz junto consigo, como resultado de sua própria vida, e dando um sentido social para este saber que resulta (CALLAI, 2011, p. 137)

É preciso atentar-se para esses três quesitos na escolha do material que servirá de auxílio nas aulas de Geografia, de modo especial, quando a autora fala da valorização do conhecimento que cada um adquire ao longo da vida. Aqui as categorias de análise da Geografia podem ser aproveitadas quando discutidas dentro do cotidiano e da realidade social que cada aluno vive.

O professor de Geografia terá que trazer para o debate em sala de aula questões sobre os reais objetivos da produção agrícola brasileira; falar sobre os sistemas agrícolas e sobre a estrutura fundiária; das relações de trabalho no campo, bem como sobre a concentração de terras no país; do agronegócio, da luta pela terra, do campesinato, sobre a agricultura familiar e agroecologia. Terá também que discorrer sobre o papel do Estado na questão agrária, sobre as relações entre a cidade e o campo, e desenvolver os conceitos de agrário, rural e agrícola. Porém, irá por vezes encontrar livros didáticos que só contemplam dois capítulos sobre *Geografia Agrária* no ensino médio, sob risco ainda de terem uma abordagem meramente descritiva e teórico-quantitativa. Como se esclarece a seguir:

Por isso, urge que a análise sobre os discursos contidos nas obras didáticas seja prática cotidiana dos professores, pois esse material pedagógico possui também caráter político e cultural. Nesse caso, elementos como a seleção de conteúdos, das imagens e estatísticas apresentadas, bem como a opção por discutir ou não temas mais “polêmicos” são fundamentais para a formação de opinião pelos alunos (SILVA; OLIVEIRA, 2013, p. 94).

A escolha do livro didático perpassa por uma concepção teórica, metodológica, política e cultural. Portanto, é salutar que o professor/professora possa analisar de forma coerente os conteúdos que estão propostos nos livros didáticos e avaliar se condizem não apenas com uma visão pessoal, mas com a realidade vivenciada pelos alunos que compõem a sua unidade escolar.

Melo (2016) aborda algumas temáticas importantes como o processo de favelização das cidades, devido a migração em massa da população do campo; e a baixa geração de empregos no campo, devido ao alto índice de mecanização das lavouras. O autor ainda aponta a importância da educação formal para que as pessoas desenvolvam a capacidade de entender como se estabelecem os fenômenos socioespaciais. Trata também do papel do educador, quando diz que:

O educador crítico precisa conseguir dialogar com conhecimento científico obtido na academia e os saberes trazidos pelos alunos à sala de aula. Sendo uma de suas funções, fazer com que o aluno reflita acerca de sua própria realidade, instigando

a curiosidade do educando, como parte integrante do processo [...] (MELO, 2016, p. 3).

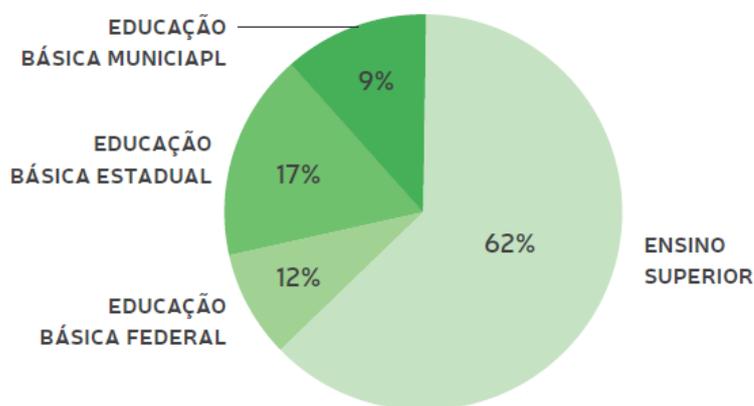
Considerando o Brasil como um dos maiores produtores rurais do mundo, as relações de trabalho e de comércio desse ramo, bem como o amparo estatal ofertado a esse seguimento econômico, entende-se que é indispensável que os estudantes construam uma visão crítica dessa realidade de coisas que envolvem a produção do espaço brasileiro e que afeta a sociedade de modo geral.

2. A geografia agrária nos livros selecionados pelo PNLD

Para elaboração do estudo realizou-se uma pesquisa teórica sobre a temática abordada e, posteriormente, um levantamento dos livros didáticos de Geografia avaliados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Conforme (BRASIL, 2017), esse programa é gerido pelo MEC e tem como objetivo avaliar e aprovar as obras didáticas, pedagógicas e literárias utilizadas nas escolas públicas de educação básica das diversas redes conveniadas com o Poder Público. As ações do PNLD são norteadas no momento pelo Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017. Não é objetivo deste trabalho ajuizar sobre os critérios para a escolha e a qualidade dos livros, e sim fazer levantamentos de como a Geografia Agrária está contemplada nos mesmos.

Uma das questões que chama a atenção é o maior percentual de professores avaliadores dos livros aprovados pelo PNLD atuam diretamente no ensino superior (62%), como se vê no gráfico abaixo. Algo que precisa ser sinalizado, tendo em vista que o material será utilizado na educação básica. É importante questionar, se participação, em menor proporção, de docentes que vivenciam a educação básica prejudica a aplicação dos conteúdos na realidade dos estudantes da educação básica. Por outro lado, se entende que avaliadores que atuam no ensino superior podem dispor de maior *expertise* para perceberem incoerências teóricas, metodológicas e conceituais nas obras analisadas.

Figura 1 – Modalidade de Ensino que atuam os professores avaliadores do PNLD.



Fonte: Brasil (2017, p. 19).

É importante também frisar que a abordagem imprimida pelos autores nesses livros didáticos não está isenta das suas próprias reflexões ideológicas e/ou metodológicas, de modo especial quando se tratam questões envolvendo o espaço agrário brasileiro, com suas contradições e especificidades, como podemos ver no texto abaixo:

Ao analisar as coleções didáticas de Geografia selecionadas pelo PNLD para o ano de 2011, observamos que o conteúdo de geografia agrária apresenta limites e possibilidades para o exercício da crítica na escola. Algumas coleções reproduzem a geografia positivista, onde a descrição matemática é priorizada em detrimento do movimento da sociedade e das constantes lutas pela priorização do território. (BEM, 2011, p. 12).

A avaliação acima demonstra que muitas realidades podem “ficar de fora” das diversas abordagens dos conteúdos nos livros didáticos, pois o que está escrito perpassa por uma concepção teórica autoral, o que poderá mascarar as diversas realidades sociais. Assim, o professor de Geografia deverá possuir um arcabouço teórico que seja suficiente para discernir as variadas aproximações conceituais do conteúdo de *Geografia Agrária* que se apresenta nos livros didáticos, e poder ser propositivo em suas estratégias didáticas para superar as limitações existentes no material adotado.

Diante disso foram avaliados os conteúdos de *Geografia Agrária* em três livros didáticos do ensino médio, compreendo três edições do PNLD, sendo escolhido um livro de cada um dos três últimos períodos: 2012-2014; 2015-2017; 2018-2020. A escolha foi feita de acordo com a disponibilidade da obra completa em meio físico, tendo em vista que dificultaria fazer uma análise pautada somente pelos Guias de Livros didáticos, os quais também foram consultados, mas se percebe a mudança na descrição do guia do último triênio, o qual só relata os assuntos que são abordados e não mais a quantidade de páginas e o título de cada capítulo.

O primeiro livro avaliado foi **Geografia: espaço e vivência**, volume 2, São Paulo: Saraiva, 2010. É obra proposta pelos autores Levon Boligian e Andressa Turcatel Alves Boligian, fazendo parte da lista do PNLD para uso entre 2012-2014.

Esse primeiro livro é bem sugestivo desde sua capa, ao retratar uma espécie de globo terrestre com ênfase maior na vegetação e a representação do que parecem ser culturas agrícolas. O subtítulo também enfatiza o que pretendem os autores, que dizem: “Os espaços urbanos e rural mundiais, organização do território brasileiro”. Os volumes 1 e 3 desta coleção não apresentam temas relacionados a *Geografia Agrária*.

Figura 2 – Capa do primeiro livro avaliado.



Fonte: Pesquisa de campo - 2019

O volume 2 dispõe de cinco capítulos que tratam da questão agrária, a saber: Capítulo 3: A indústria, a agropecuária e o espaço agrário mundial. Capítulo 4: Sistemas agrícolas tradicionais e regiões produtoras do mundo. Capítulo 5: Fome, mercado de produtos agrícolas e problemas ambientais no campo. O capítulo 6: A atividade industrial e a modernização do campo brasileiro. O último capítulo a tratar do tema é o de número 15, cujo título é: O processo de ocupação e de transformação do espaço amazônico, porém apresentando o assunto em apenas um de seus tópicos, a saber: “As atividades agropecuárias e florestais”.

Os autores tecem um breve panorama histórico das atividades agrícolas e logo em seguida já tratam de como a Revolução Industrial transformou a produção no campo. Falam também de questões comerciais e apontam indicadores que envolvem o setor, usando fotos, tabelas e gráficos. Prosseguem apresentando detalhes sobre o sistema de plantation que “persiste nos dias de hoje nos países tropicais subdesenvolvidos...” (p. 36). E de outros conceitos da agricultura como de subsistência e itinerante, bem como os modos de desenvolvimento desse tipo de produção em outros países e continentes.

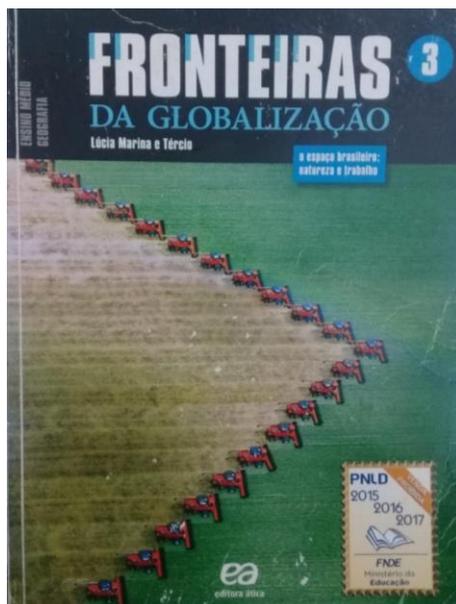
É interessante a contraposição feita à teoria malthusiana, sem deixar de fazer a crítica necessária à fome e aos problemas ambientais que o campo enfrenta, como exaustão do solo, poluição ambiental por meio de fertilizantes, adubos e defensivos agrícolas.

A discussão sobre os transgênicos é proposta de forma pertinente e reflexiva. Quando tratam da questão da atividade industrial e a modernização do campo brasileiro, os autores destacam os complexos industriais e agroindustriais no Brasil, os investimentos,

o processo desigual de mecanização, a concentração fundiária e as mudanças nas relações de trabalho no campo. Por fim, os autores tratam das atividades agropecuárias na região amazônica.

Em seguida, foi realizada a análise do segundo livro: **Fronteiras da globalização**, 2ª edição, volume 3, São Paulo: Ática, 2013, dos autores Lúcia Marina Alves de Almeida e Tércio Barbosa Rigolin. Esta obra fez parte da lista do PNLD para uso nas escolas entre 2015-2017.

Figura 3 - Capa do segundo livro avaliado.



Fonte: Pesquisa de campo - 2019

Neste livro didático, a abordagem sobre as questões agrárias se dá em dois capítulos (16 e 17), sendo destacadas as características gerais da agricultura; principais produtos agrícolas; o agronegócio no Brasil. Em seguida são tratadas as questões sobre a estrutura fundiária do Brasil; conflitos no campo e as relações de trabalho no campo.

Os autores buscam em todo o texto despertar a curiosidade dos estudantes, com figuras e gráficos coerentes com a abordagem proposta em cada seção. É visto também que de alguma forma é colocada a disparidade entre a agricultura familiar (84,4% dos estabelecimentos agrícolas do Brasil) e a agricultura patronal, que “embora represente menos de 16% do número de estabelecimentos, ocupa mais de 75% da área destinada à agropecuária” (p. 179).

Quando trata da estrutura fundiária brasileira, os autores já iniciam com uma imagem carregada de simbologia: uma foto de uma manifestação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na qual uma senhora carrega uma cruz, apontando a morte no campo, com uma flor enrolada, a qual passa uma mensagem de esperança. Como pano de fundo aparece o prédio do Supremo Tribunal Federal.

Os autores prosseguem falando sobre a concentração de terras no Brasil, destacando as regiões Nordeste e Sul. “A maior concentração de terras é encontrada na região Nordeste e a menor, na região Sul” (p. 190). É desenvolvida uma colocação crítica sobre o agravamento do quadro socioeconômico brasileiro, por conta das desigualdades na distribuição de terras.

É abordada também de forma crítica o panorama histórico de como se deu a ocupação das terras no Brasil e algumas pontuações são desenvolvidas quanto à lei e terras e o estatuto da terra. “Ao longo do tempo, essa desigual distribuição de terras acabou gerando conflitos cada vez mais violentos e generalizados entre os proprietários e não proprietários” (p. 191).

Por fim, os autores tratam dos conflitos no campo, relatando a reorganização dos trabalhadores rurais a partir de 1950 e a repressão que tais trabalhadores sofreram. “Nos anos 1960, a Liga Camponesa de Galileia foi duramente combatida pelo regime militar. O que levou à extinção de todas as outras Ligas espalhadas por 13 estados brasileiros” (p. 194).

O livro destaca o argumento do MST com relação a necessidade de se resgatar o conceito da função social da terra, pois a interpretação errônea de tal conceito é que tem gerado, a cada dia, mais violência no campo. Aqui se apontam as figuras dos posseiros e grileiros, os quais são os principais personagens envolvidos na maioria dos conflitos relativos à questão agrária no país.

A obra ainda trata das relações de trabalho no campo, com o trabalho assalariado temporário; trabalho familiar; arrendamento e parceria; escravidão por dívida e a questão do trabalho infantil. O trecho a seguir destacado faz parte da discussão apresentada sobre o trabalho escravo no país: “(...) no Brasil a legislação trabalhista procura proteger o trabalhador. No entanto, esses dispositivos não são suficientes para evitar o trabalho escravo, principalmente na zona rural. A frágil fiscalização do Ministério do Trabalho e o tamanho de nosso território, que dificultam essa fiscalização, são fatores que podem explicar, em parte, essa situação” (p. 196).

O terceiro livro analisado é intitulado **Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização: ensino médio, 3ª edição**, São Paulo: Scipione, 2016, publicado pelos autores João Carlos Moreira e Eustáquio de Sene Moreira. A obra faz parte da lista do PNLD para uso entre 2018-2020.

A abordagem desse livro didático contempla a organização da produção agropecuária, mostrando os sistemas de produção como: agricultura familiar, de subsistência, de jardinagem, bem como a agricultura empresarial. Em seguida, aponta a questão da modernização da produção agrícola. É desenvolvida uma comparação entre o desempenho da agricultura familiar e empresarial e as relações de trabalho na zona rural.

Por fim, o texto didático coloca a questão fundiária, da reforma agrária e do Estatuto da Terra.

Figura 4 – Capa do terceiro livro avaliado.



Fonte: Pesquisa de campo - 2019

Inicialmente são tratados conceitos relacionados com os sistemas de produção agrícola, como agricultura e pecuária, tanto intensiva como extensiva. Quando se aborda a questão da agricultura familiar os autores evitam discutir a disparidade econômica e de financiamento que há entre os latifundiários e os pequenos agricultores, se dizendo que: “(...) por meio do cooperativismo, a associação de vários pequenos e médios produtores têm possibilitado aumentar sua participação no mercado mundial” (p. 240), lançando sobre o trabalhador a responsabilidade de se articular para obter melhores condições de competitividade.

O livro também traz definições de parceria, arrendamento e o regime de posse, mostrando as diferenças nos modos de cultivo e produção. Porém, é perceptível a ausência do elemento crítico nessa abordagem. Percebe-se o enaltecimento da técnica e do avanço científico no campo em detrimento do modo “atrasado” de se fazer agricultura. Quando menciona a agropecuária descapitalizada, afirma se tratar do “emprego de técnicas rudimentares de produção, como é predominante nos países de menor renda” (p. 246).

O aspecto visual da obra é carregado de gráficos com dados que apontam os maiores produtores agrícolas do mundo, dando-se destaque ao Brasil, mas sem questionar a que “preço” e como tal desempenho é alcançado.

Os autores falam também das relações de trabalho, destacando o trabalho temporário, familiar, assalariado, parceria e arrendamento e escravidão por dívida. Quando

tratam da questão dos posseiros afirmam que: “(...) tem ocorrido com mais frequência invasões e destruição de propriedades produtivas, centros de pesquisa e órgãos públicos, o que configura uma ação ilegal” (p. 259). Dentro dessa perspectiva, fica nítida a crítica ao movimento, mas a ausência do contraponto sobre as motivações que levam as pessoas a desenvolver tais ações.

A avaliação dos temas pela ótica do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é muito interessante, tanto na seção “caiu no ENEM”, quanto “pensando no ENEM”, tendo em vista que se trata de um dos principais meios para ingressar ao ensino superior no Brasil, oferecendo aos estudantes a possibilidade de ver na prática como os temas da área de agrárias são postos no referido exame.

Diferenças teóricas: a nosso ver é necessário analisar o conteúdo de outros livros didáticos, de modo especial aqueles referentes ao período que compreende os anos 2018-2020 e que fazem parte do PNLD e utilizados em escolas públicas, para entender se a mudança de abordagem tem ligação com as mudanças recentes no cenário político nacional, ou se de fato é uma questão de opção do professor, adotar este ou aquele material.

De forma preliminar, o que se pode perceber de forma clara é uma diferença de abordagem teórica nos três livros analisados nesta pesquisa. Daí há de se questionar quais são as influências ideológicas que estão por trás da elaboração do livro didático e a quais interesses o professor está submetido? O fato é que há quem esteja descontente com o conteúdo e abordagem didática, como se pode ver no excerto seguinte de citação, extraído da literatura: “No que se refere à abordagem dos conteúdos de *Geografia Agrária* nos livros didáticos, os professores, em sua maioria, estão insatisfeitos com a organização dos conteúdos adotados por esses materiais” (TAVARES, 2015, p. 7, grifo nosso).

Cabe ao professor buscar construir conceitos e o senso crítico, por meio de estratégias didáticas que estejam para além das colocações feitas nos livros didáticos, levando os estudantes a ter compreensão mais ampla do conteúdo e conectada com a realidade vivenciada no Brasil.

Diferenças metodológicas: um outro aspecto a ser considerado é a visível diferença metodológica entre os três livros didáticos. Enquanto o primeiro prestigia uma linguagem semelhante ao que propõe a *Geografia Crítica*; o segundo parece estar inclinado a uma abordagem positivista ou quiçá estruturalista, que aprecia o apontamento de dados que nem sempre dizem ou discutem sobre a realidade dos fatos.

O uso de realidade aumentada ou a indicação de materiais extras via QR CODE também foram ausências percebidas nas coleções analisadas. Diante do uso constante da

internet, aplicativos dos mais variados e outros recursos de informática, é imprescindível que possibilidades de análise virtual sejam oferecidas aos estudantes, para além das referências de textos extras e as indicações de links de vídeos.

3. Considerações Finais

O Programa Nacional do Livro Didático é importante para a seleção dos livros didáticos para a Educação Básica. É perceptível o aprimoramento dessa política ao longo dos anos em que tem sido executada, bem como a melhora na qualidade desse recurso. No entanto, o programa poderá ser aperfeiçoado, na medida em que se busque uma interação maior com os professores que atuam diretamente na educação básica, autores e editoras dessas obras, buscando a cada ano recomendar livros didáticos que se aproximem da realidade vivenciada pelos estudantes e que possibilitem o uso de metodologias de ensino mais adequadas.

Assim, é necessário investigar também como durante a formação docente pode-se aprimorar a dimensão da pesquisa, para que assim haja o desenvolvimento de licenciados como pesquisadores e com capacidade de atuação crítica na escolha dos livros didáticos para as unidades escolares que atuarão. Esse fator é importante, pois existem aspectos metodológicos particulares que estão intrinsecamente relacionados ao cotidiano escolar.

Do ponto de vista de nossa formação, essa pesquisa foi uma experiência desafiadora e interessante, pois pudemos analisar os conteúdos de *Geografia Agrária* nos livros didáticos. Essa vivência nos permitiu identificar que deveria se tratar de uma tarefa cotidiana para o profissional de educação de qualquer unidade escolar. Esses conhecimentos possibilitam a construção de saberes geográficos significativos e que promovam a cidadania em sua plenitude.

O professor de Geografia precisa estar atento a abordagem que é apresentada e oferecer propostas metodológicas e estratégias de ensino que superem as possíveis limitações encontradas nos livros didáticos, o qual em determinados contextos, pode ser a única opção disponível ao aluno para o desenvolvimento do seu aprendizado, assim como para os professores, no planejamento e desenvolvimento das aulas.

Para encerrar o artigo, gostaríamos de assinalar que essa pesquisa nos permitiu entender que ainda há outras análises que poderão ser alcançadas sobre os conteúdos de *Geografia Agrária* de forma mais abrangente em obras aprovadas pelo PNLD, de modo que se tenha uma compreensão mais detalhada dessa realidade, bem como ouvirmos alunos e professores da educação básica no sentido de entender como tais conteúdos estão sendo abordados e se os objetivos escolares estão sendo atingidos.

4. Referências

- BEM, A. A Geografia agrária nos livros didáticos: primeiras aproximações para uma crítica do conteúdo que se ensina na escola. **Revista de Ensino de Geografia**, v. 2, 2011, 2011, p. 137-150.
- BRASIL. Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017. **Programa Nacional do Livro e do Material Didático**. Diário Oficial, Brasília, DF, 19 jul. 2017.
- BRASIL. **Guia dos Livros Didáticos: PNLD 2012: geografia** – Brasília/DF: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2011, 120p.
- BRASIL. **Guia dos Livros Didáticos: PNLD 2015: geografia** – Brasília/DF: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2014, 132p.
- BRASIL. **Guia dos Livros Didáticos: PNLD 2018: geografia** – Brasília/DF: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2017, 123p.
- CALLAI, H. C. A Geografia e a Escola: muda a geografia? Muda o ensino? **Terra Livre**, AGB, São Paulo/SP, n. 16, 2001, p. 133-152.
- COSTA, G. B.; TEIXEIRA, J. P.; SANTOS, N. C. Uma análise da Geografia agrária no livro didático Geografia. In: **Anais do Simpósio Baiano de Geografia Agrária e Semana de Geografia da UESB**, v. 1, n. 1, 2013.
- MELO, T. S. Perspectivas para a abordagem da Geografia Agrária no Ensino Médio. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 181, ano XVI, Jun/2016.
- SILVA, M. A.; OLIVEIRA, A. M. Dialogando com o livro didático de Geografia: análise do discurso sobre a questão agrária em obras do Ensino Médio. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 3, 2013, p. 91-106.
- TAVARES, F. G. O. **O ensino de Geografia Agrária na Escola Pública: currículo e sala de aula**. 99f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2016.